

BPN SGPS, S.A.

**RELATÓRIO E CONTAS
2008**

BPN SGPS, S.A.

ÍNDICE

	Pág.
1. Órgãos Sociais	3
2. Relatório do Conselho de Administração	5
2.1 Anexo I ao Relatório do Conselho de Administração	8
2.2 Anexo II ao Relatório do Conselho de Administração	9
3. Balanço	11
4. Demonstração dos Resultados	13
5. Demonstração dos Fluxos de Caixa	15
6. Demonstração das Alterações no Capital Próprio	17
7. Notas explicativas	19
8. Certificação Legal das Contas	26

1. ÓRGÃOS SOCIAIS

BPN SGPS, S.A.

1. Órgãos Sociais

Conselho de Administração

Fernando Manuel Lima de Valadas Fernandes
Presidente

João do Passo Vicente Ribeiro
Vogal

José Alfonso de Mateo Garcia
Vogal

Fiscal Único

J. Monteiro & Associados, SROC representada por José Manuel Carlos Monteiro
- Revisor Oficial de Contas (Efectivo)

Dr. Salvador Figueiredo Vás Lima
- Revisor Oficial de Contas (Suplente)

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

BPN SGPS, S.A.

2. RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exmos. Accionistas,

Nos termos da Lei e dos Estatutos, vem a Administração da BPN SGPS, SGPS, S.A., submeter à apreciação de V. Exas. o Relatório de Gestão da actividade e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Enquadramento Económico

A economia portuguesa deverá registar um abrandamento significativo em 2008, com um crescimento do PIB de apenas 0,5%, devido à forte contracção do investimento e das exportações.

Num enquadramento internacional desfavorável, com o abrandamento da procura externa e a subida dos preços das matérias - primas e da energia, deverá verificar-se um aumento do défice externo da economia portuguesa, tendo como efeitos uma nova diminuição da taxa de poupança das empresas e dos particulares e a estabilização do respectivo investimento em percentagem do PIB.

O indicador de clima económico e o indicador de actividade económica voltaram agravar-se do 3º para o 4º trimestre. Em Janeiro, o indicador de clima económico atingiu o mínimo histórico da série iniciada em 1989. O indicador de consumo privado desacelerou no 4º trimestre, em resultado da evolução negativa de ambas as componentes. No mesmo trimestre, o indicador de FBCF acentuou a sua variação negativa, reflectindo a deterioração registada em todas as componentes, sobretudo na de construção.

Do lado da oferta, a informação dos Indicadores de Curto Prazo (ICP) deu indicações de agravamento da actividade em todos os sectores no 4º trimestre, assim como em Dezembro face ao mês anterior. Relativamente ao comércio internacional de bens, do 3º para o 4º trimestre ter-se-á registado uma redução significativa das taxas de variação homólogas nominais das importações (reflectindo em parte a evolução do preço do petróleo, que passou de um forte crescimento homólogo no 3º trimestre para uma acentuada diminuição homóloga no 4º trimestre) e das exportações, passando de 10,9% para -7,6% e de 5,2% para -11,8%, respectivamente (fonte do Instituto Nacional de Estatística).

Principais Indicadores Económicos	Histórico		Projeção	
	2007	2008	2009	2010
PIB	1,9	0,3	-0,8	0,3
Consumo privado	1,5	1,4	0,4	0,6
Consumo Público	-0,1	0,2	-0,1	-0,2
Investimento	3,8	3,3	3,1	3,0
Procura Interna	1,7	1,0	0,0	0,3
Exportações	7,7	0,6	-3,6	1,8
Importações	6,1	2,4	-0,1	1,5
Bal. Corrente + Bal. Capital (%PIB)	-8,6	-9,0	-7,9	-9,4
Desemprego	8,0	8,5	8,8	9,1
Inflação	2,5	2,6	1,0	2,0

Fonte: INE e Banco de Portugal

A conjuntura económica internacional deverá continuar a deteriorar-se, apesar do BCE ter vindo a reduzir as taxas de juro directoras, a produção industrial continua a diminuir, o abrandamento da economia, a quebra dos preços do petróleo e o aumento do desemprego, que deverá atingir os 8,5%, fazem antever um cenário de recessão para 2009.

De acordo com a OCDE a nossa economia deverá apresentar uma evolução negativa de 0,2% em 2009, prevendo a quebra continuada do investimento das empresas e do consumo privado.

Inflação e Emprego

Em Dezembro de 2008, o índice de preços no consumidor registou uma variação mensal de -0,5%. Esta evolução teve como consequência uma taxa de inflação de 2,6% em 2008, valor superior ao registado em 2007 que atingiu os 2,5%.

A inflação portuguesa deverá acompanhar a evolução da sua homóloga da zona Euro nos próximos dois anos. De facto, com o agravamento generalizado das condições económicas, a quebra do investimento, o aumento do desemprego e a redução do consumo privado, são factores que deverão contribuir para que se verifique uma variação negativa na taxa de inflação para o próximo ano. O desaparecimento da pressão inflacionista deverá ser dos poucos sinais positivos que teremos no futuro próximo.

Actividade da Sociedade em 2008

A Sociedade foi constituída em 27 de Outubro de 1999, e tem por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta do exercício de actividades económicas.

Em 11 de Novembro de 2008, dá-se o acontecimento mais marcante na vida da sociedade com a aprovação da Lei 62-A/2008, nos termos da qual o Estado Português Nacionaliza o Banco Português de Negócios, S.A. e das suas participadas.

Na sequência desse acto unilateral do Estado Português, o BPN, SGPS deixou de participar no capital do Banco Português de Negócios que consistia no seu principal activo. Até à data da assinatura deste relatório, a sociedade aguarda que o Estado apresente as conclusões das avaliações independentes que foram efectuadas às sociedades Nacionalizadas e que dessa forma seja apurado o montante da indemnização a receber do Estado Português.

Resultado do Exercício

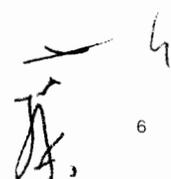
O resultado líquido do exercício foi negativo em 10.263.451,28 Euros.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Em 21 de Abril de 2009, esta sociedade alienou as participações financeiras que detinha no capital social das sociedades AVS - Corretores de Seguros, S.A. e Solução - Corretores e Consultores de Seguros, S.A., e irá realizar um encaixe financeiro de 6.500 milhares de euros.

Perspectivas para o Futuro

No próximo exercício a sociedade deverá continuar a exercer a actividade de gestão das suas participadas.

 4
6

Proposta de Aplicação de Resultados

O Resultado Líquido do Exercício foi negativo em 10.263.451,28 Euros, pelo que se propõe a sua transferência para Resultados Transitados.

Considerações Finais

Durante o exercício de 2008, e até à presente data, a Sociedade não procedeu a quaisquer aquisições ou alienações de acções próprias, nem autorizou negócios entre a Sociedade e os seus Administradores a que devesse aplicar-se o normativo previsto no artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais.

Cumpre, ainda, informar que não existiam, à data do encerramento das contas, dívidas em mora perante a Segurança Social ou perante o Estado e Outros Entes Públicos.

Nota Complementar

Em anexo, encontram-se as listas rubricadas pelo Conselho de Administração da Sociedade, a que fazem referência o número 5 do artigo 447º e o número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais.

Lisboa, 22 de Abril de 2009

A Administração

Caro senhor,
✓ J. M. L. ✓
J. M. L. ✓
J. M. L. ✓

BPN SGPS, S.A.

2.1 ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento do nº 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos informar o seguinte:

Conselho de Administração

Acções detidas em 01-01-2008

Quantidade

Nada a referir.

Acções adquiridas no exercício

Nada a referir.

Acções vendidas no exercício

Nada a referir.

Acções detidas em 31-12-2008

Nada a referir.

Restantes Órgãos

De resto, nem o Fiscal Único, nem o Fiscal Suplente, nem os demais administradores da Sociedade, foram titulares, durante todo o exercício de 2008, de quaisquer acções representativas do Capital Social da Sociedade, não lhes sendo aplicáveis as previsões dos números 2 e 3 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais.

Durante todo o exercício de 2008, e até à presente data, a Sociedade não procedeu à emissão de obrigações de qualquer natureza.

Jk.
- 4

BPN SGPS, S.A.

2.2 ANEXO AO RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A que se refere o número 4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

Lista dos accionistas que, à data do encerramento do exercício social, eram titulares de pelo menos um décimo, um terço ou metade do Capital Social da Sociedade e dos accionistas que tenham deixado de ser titulares das referidas fracções de capital:

ACCIONISTAS

Acções detidas em 31-12-2008

Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.	440.000.000
--	-------------



3. BALANÇO

4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

BPN SGPS, S.A.

Demonstração dos Resultados em 31 de Dezembro de 2008

Euros

	Nota	31-12-2008	31-12-2007
Juros e rendimentos similares	13	26.636	4.900
Juros e encargos similares	13	(64.808)	(69.642)
Margem Financeira		(38.172)	(64.742)
Rendimentos de instrumentos de capital	14	-	37.336.457
Rendimentos de serviços e comissões		-	-
Encargos com serviços e comissões	15	(7.240)	(314)
Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados		-	-
Resultados de activos financeiros disponíveis para venda		-	-
Resultados de reavaliação cambial		-	-
Resultados de alienação de outros activos		-	-
Outros resultados de exploração	16	19.125	(13.308)
Produto Bancário		(26.288)	37.258.093
Custos com pessoal	17	(182.070)	(58.730)
Gastos gerais administrativos	18	(824.597)	(715.957)
Amortizações do exercício	4	(1.008)	(1.043)
Provisões líquidas de reposições e anulações	19	(4.494.522)	-
Correcções de valor associadas ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líq. de reposições e anulações)		-	-
Imparidade de outros activos financeiros líquida de reversões e recuperações		-	-
Imparidade de outros activos líquida de reversões e recuperações	20	(4.733.716)	-
Resultados antes de impostos		(10.262.201)	36.482.364
Impostos			
Correntes	21	(1.250)	(3.657)
Diferidos		-	-
Resultado após impostos		(10.263.451)	36.478.707

Do qual: Resultado líquido após impostos de operações descontinuadas

O Técnico Oficial de Contas



A Administração



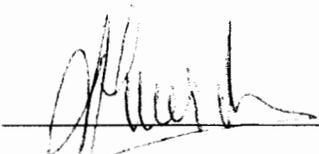
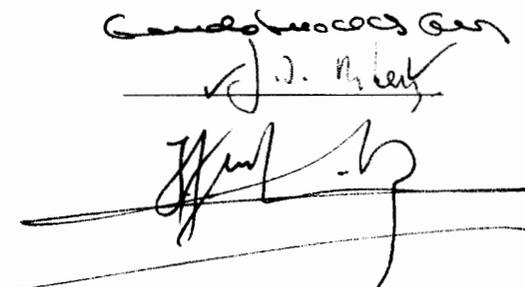
5. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2008.12	2007.12
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Juros e comissões recebidas	26.636	4.900
Rendimentos adquiridos nos activos disponíveis para venda	-	-
Pagamento de juros e comissões	(72.048)	(3.604)
Pagamentos ao pessoal e fornecedores	(527.848)	(734.687)
Resultados cambiais e outros resultados operacionais	19.125	(12.823)
Recuperação de créditos incobráveis	-	-
Resultados operacionais antes das alterações nos activos e passivos operacionais	(554.135)	(746.214)
(Aumentos) Diminuições dos activos operacionais		
Aplicações em instituições de crédito	-	-
Activos financeiros detidos para negociação	-	-
Créditos a clientes	-	-
Activos ao Justo valor por resultados	-	-
Derivados de Cobertura	-	-
Activos não correntes detidos para venda	-	-
Outros activos	15.673.308	(34.688)
Fluxo dos activos operacionais	15.673.308	(34.688)
Aumentos (diminuições) de passivos operacionais:		
Recursos de bancos centrais	-	-
Recursos de instituições de crédito	(4.866.351)	4.800.000
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	-
Passivos financeiros detidos para negociação	-	-
Outros passivos	(18.021.106)	(189.498)
Fluxo dos passivos operacionais	(22.887.457)	4.610.502
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento	(7.768.285)	3.829.600
Impostos pagos	(5.083)	(2.778)
Caixa líquida das actividades operacionais	(7.773.367)	3.826.822
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Dividendos recebidos	37.000.000	32.970.000
Aquisição de activos disponíveis para venda	-	-
Alienação de activos disponíveis para venda	-	-
Aquisições de activos tangíveis e intangíveis	-	-
Vendas de activos tangíveis	-	-
Aquisições/ Alienações de propriedades de investimento	-	-
Investimentos em empresas filiais e associadas	(80.000.095)	(7.882.091)
Caixa líquida das actividades de investimento	(43.000.095)	25.087.909
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Aumento de Capital	80.000.000	-
Dividendos pagos	(30.000.000)	(29.000.000)
Emissão de dívida titulada e subordinada	-	-
Remuneração paga relativa às obrigações de caixa e outros	-	-
Remuneração paga relativa a passivos subordinados	-	-
Caixa líquida das actividades de financiamento	50.000.000	(29.000.000)
Aumento (Diminuição) líquida de caixa e seus equivalentes	(773.462)	(85.269)
Caixa e equivalentes no início do exercício	855.781	941.050
Caixa e equivalentes no fim do exercício	82.319	855.781

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

6. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

BPN SGPS, S.A.

Demonstração de Alterações no Capital Próprio		TOTAL	Capital	Outros instrumentos de capital	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado Líquido do Período	Subtotal (antes de I.M.)	Interesses Minoritários
Euros									
Posição no fim do período 31-Dez-2006		397.918.223	360.000.000	-	3.923.090	1.518.251	32.476.882	397.918.223	
Ajustamentos no Período									
Aumentos de reservas e result. transitados por aplicação dos resultados		-			3.476.882		(3.476.882)	(29.000.000)	
Distribuição de lucros / cobertura de prejuízos		(29.000.000)					(29.000.000)		
Total dos ajustamentos no Capital Próprio		(29.000.000)			3.476.882		(32.476.882)	(29.000.000)	
Resultado líquido do período		36.478.707					36.478.707	36.478.707	
Distribuição antecipada de lucros		-							
Interesses minoritários		-							
Posição no fim do período 31-Dez-2007		405.396.930	360.000.000	-	7.399.972	1.518.251	36.478.707	405.396.930	
Ajustamentos no Período									
Variações de perímetro		-							
Aumentos / reduções de capital		80.000.000	80.000.000					80.000.000	
Aumentos de reservas e result. transitados por aplicação dos resultados		-			6.478.707		(6.478.707)	(30.000.000)	
Distribuição de lucros / cobertura de prejuízos		(30.000.000)					(30.000.000)	(30.000.000)	
Total dos ajustamentos no Capital Próprio		50.000.000	80.000.000		6.478.707		(36.478.707)	(30.000.000)	
Resultado líquido do período		(10.263.451)					(10.263.451)	(10.263.451)	
Distribuição antecipada de lucros									
Interesses minoritários									
Posição no fim do período 31-Dez-2008		445.133.478	440.000.000	-	13.878.679	1.518.251	(10.263.451)	445.133.478	

O Técnico Oficial de Contas

A Administração

Carvalho (sem cód) (sem)
J. H. H. H.

7. NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Montantes expressos em Euros)

Nota Introdutória

A **BPN SGPS, SGPS, S.A.** é uma sociedade gestora de participações sociais, constituída por escritura pública em 27 de Outubro de 1999, tendo por objecto a gestão de participações sociais noutras sociedades como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

A actividade da BPN - SGPS, S.A., está sujeita à supervisão do Banco de Portugal, por ser considerada uma companhia financeira, nos termos do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As Demonstrações Financeiras da BPN - SGPS, S.A. serão objecto de consolidação nas contas da SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A., com sede na Rua Dr. José Espírito Santo, Lote 1 - A, Lisboa.

Nota 1 - Bases de apresentação, políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

1.1 Geral

As Demonstrações Financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme disposto no Aviso nº1/2005 do Banco de Portugal, em conformidade com o Plano de Contas definido pela Instrução nº23/2004, e apresentadas segundo os Modelos definidos pela Instrução nº18/2005, estabelecidos pelo Banco de Portugal na sequência da competência que lhe foi atribuída pelo art.º 115.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro.

As NCA correspondem genericamente às Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS), conforme adoptadas pela União Europeia, de acordo com o Regulamento nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho, transposto para o ordenamento nacional pelo Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro e pelo Aviso nº 1/2005, de 21 de Fevereiro, do Banco de Portugal, excepto no que se refere a:

i) Valorimetria e provisionamento do crédito concedido, relativamente ao qual se mantém o anterior regime, de acordo com o disposto no Aviso do Banco de Portugal nº3/2005, de 21 de Fevereiro;

ii) Os activos tangíveis são obrigatoriamente mantidos ao custo de aquisição, não sendo deste modo possível o seu registo pelo justo valor, conforme permitido pela IAS 16 - Activos fixos tangíveis. Como excepção, é permitido o registo de reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais valias resultantes são registadas em "Reservas de reavaliação".

1.2 Resumo das principais políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

i) Especialização de Exercícios

A **BPN, SGPS, S.A.** segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rúbricas das demonstrações financeiras.

ii) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos de capital e dívida que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados ou como investimentos detidos até à maturidade.

Os activos financeiros disponíveis para venda são registados ao justo valor, com excepção de instrumentos de capital não cotados num mercado activo e cujo justo valor não possa ser mensurado com fiabilidade, os quais permanecem registados ao custo. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor são reflectidos em rubrica específica do capital próprio "reserva de justo valor" até à sua venda (ou até ao seu reconhecimento de perdas por imparidade), momento em que são transferidos para resultados. Os ganhos ou perdas cambiais de activos monetários são reconhecidos directamente em resultados do período.

iii) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são valorizados pelo método do custo histórico, de acordo com a IAS 27.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos quando recebidos ou quando são atribuídos, desde que a data de atribuição ocorra antes da data efectiva do fecho das contas.

iv) Imparidade

Em conformidade com as NCA, a empresa avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros apresenta sinais de imparidade.

v) Pensões de reforma

A empresa não tem qualquer responsabilidade contratual com o pagamento de complementos de pensões de reforma.

vi) Impostos correntes

A **BPN, SGPS, S.A.** está sujeita a tributação em sede de Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) e correspondente Derrama Municipal.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), excepto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.

Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos exercícios de 2005 a 2008 poderão vir ainda a ser sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações de imposto, devido essencialmente a diferentes interpretações de legislação fiscal. Contudo, é convicção da Administração da empresa que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

Também de acordo com a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

vii) Impostos diferidos

Não foram reconhecidos impostos diferidos activos ou passivos dado não existirem situações que levem à sua contabilização.

Nota 3 - Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Disponibilidades sobre instituições de crédito no país		
Depósitos à ordem	82.319	855.781
	82.319	855.781

Nota 4 - Outros activos tangíveis

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	31.12.07					Amortiz. Exercício	Saldo 31.12.08
	Valor brute	Amortiz. Acumuladas	Aquisições	Alienações e abates	Trasf.		
Equipamento							
Mobiliário e material	-	-	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	4.569	4.569	-	-	-	-	-
Equip. informático	9.032	8.023	-	-	-	1.008	-
	13.601	12.592	-	-	-	1.008	-

Nota 5 - Investimentos em filiais e associadas

	Partic.efectiva (%)		Valor de Balanço		Capitais Próprios	Result.
	31.12.08	31.12.07	31.12.08	31.12.07		
Real Seguros, S.A.	96,55	96,55	40.271.585	20.271.490	(14.869.483)	(63.137.559)
Fincor, SGPS, S.A.	80	80	4.494.522	4.494.522	1.131.729	(934.105)
Rentilusa - Locação, Comércio de Equip.	100	100	4.999.123	4.999.123	2.422.970	(2.085.284)
AVS - Corretores de Seguros, S.A.	67	67	4.355.500	4.355.500	700.903	(812.179)
Solução - Corretores e Consultores de Se	69,93	69,93	7.878.216	7.878.216	2.646.085	670.530
Banco Português de Negócios, S.A.	-	100	-	323.857.742		
			61.998.946	365.856.593		

Nota 6 - Activos e passivos por impostos correntes

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Activos por impostos correntes		
IRC a recuperar	10.579	7.230
	10.579	7.230
Passivos por impostos correntes		
IRC a pagar	-	484
	-	484
	10.579	6.746

Nota 7 - Outros activos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Devedores, outras aplicações e outros activos		
Devedores diversos		
BPN Part. Financ., SGPS, Lda.	8.270.000	6.520.000
Real Seguros, SA	185.304	-
AVS, S.A.	-	335.000
BPN, SA	61.148	37.006.217
Estado Português (*)	403.857.742	-
Outros	216	254.000
	412.374.410	44.115.217
Rendimentos a receber		
Juros e rendimentos similares	4.990	-
Outros rendimentos a receber	-	-
	4.990	-
Despesas com encargo diferido		
Outras despesas com encargo diferido	-	43
	-	43
Receitas com rendimento diferido		
Devedores, outras aplicações e outros activos	-	-
	-	-
	412.379.400	44.115.260

(*) Indemnização a receber no âmbito da Nacionalização do Banco Português de Negócios

Na Lei n.º 62 - A/2008, de 11 de Novembro, é reconhecido ao BPN, SGPS enquanto anterior detentor da totalidade das acções representativas do capital social do Banco Português de Negócios, o direito a indemnização, quando devida, tendo por referência o valor dos respectivos direitos, avaliados à luz da situação patrimonial e financeira à data do acto de nacionalização. Na presente data não é ainda conhecido o valor da indemnização a receber, pelo que o BPN, SGPS registou na rubrica "Outros devedores diversos" o montante de 403.858 mEuros correspondente ao valor porque se encontrava registada a sua participação financeira no Banco Português de Negócios.

Nota 8 - Recursos de outras instituições de crédito

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Recursos de IC's no país		
Empréstimos	-	4.800.000
Juros a pagar	-	66.351
	-	4.866.351

Nota 9 - Provisões

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Provisões		
Outras provisões	4.494.522	-
	4.494.522	-

Nota 10 - Outros passivos

Esta rúbrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Credores e outros recursos		
Sector público administrativo	29.165	8.677
Credores diversos	19.494.735	524.953
	19.523.900	533.630
Encargos a pagar		
Outros encargos a pagar	585.628	38.478
	585.628	38.478
	20.109.528	572.108

Nota 11 - Capital

O capital social está representado por 440.000.000 acções de um Euro cada, encontra-se totalmente subscrito e realizado sendo detido na totalidade pela SLN - Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A.

Durante o exercício de 2008, a sociedade procedeu a um aumento de capital de 80.000.000 de Euros, totalmente subscrito pela accionista única, a Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A., por entradas em dinheiro, conforme deliberado em acta de Assembleia Geral de Accionistas realizada em 25 de Setembro de 2008.

Nota 12 - Outras reservas e resultados transitados

	2008	2007
Outras Reservas		
Reservas Legais	7.158.936	5.335.001
Outras Reservas	6.719.743	2.064.971
	13.878.679	7.399.972
Resultados Transitados		
Aprovados	1.518.251	1.518.251
	15.396.930	8.918.223

Os movimentos ocorridos nestas rúbricas encontram-se reflectidas na Demonstração de Alterações no Capital Próprio.

Nota 13 - Margem financeira

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	10.298	4.900
Juros de aplica�es em IC's	11.348	-
Juros de outros activos financeiros	4.990	
	26.636	4.900
Juros e encargos similares		
Juros de recursos		
De outras IC's	64.808	69.642
	64.808	69.642
	(38.172)	(64.742)

Nota 14 - Rendimentos de instrumentos de capital

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos:		
No pa�s	-	37.336.457
	-	37.336.457

Nota 15- Resultados de serviços e comissões

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Servi�os e comiss�es pagas		
Por servi�os banc�rios prestados por terceiros	7.240	314
	7.240	314

Nota 16 - Outros resultados de explora o

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Rendimentos e receitas operacionais		
Outros ganhos e rendimentos operacionais	30.675	2.359
	30.675	2.359
Encargos e gastos operacionais		
Rendas	-	8.938
Outros encargos e gastos operacionais	200	228
	200	9.166
Outros impostos		
Impostos indirectos	11.350	6.502
	11.350	6.502
	19.125	(13.308)

Nota 17 - Custos com o pessoal

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Remunera�es dos �rg�os de gest�o e de fiscaliza�o	90.625	-
Remunera�o de empregados	70.000	47.112
Encargos sociais obrigat�rios	21.445	11.159
Outros custos com pessoal	-	459
	182.070	58.730

A sociedade dispõe de um trabalhador nos seus quadros.

Nota 18 - Gastos administrativos

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
�gua energia e combust�veis	138	880
Material de consumo corrente	361	567
Publica�es	151	42
Outros fornecimentos de terceiros	7	714
Rendas e alugueres	-	14.000
Comunica�es	2.229	1.099
Desloca�es, estadas e representa�o	2.720	6.200
Publicidade e edi�o de publica�es	-	74.969
Forma�o de pessoal	-	4.755
Seguros	-	185.304
Servi�os especializados	775.905	188.750
Outros servi�os de terceiros	43.087	238.675
	824.597	715.957

Nota 19 - Provis es líquidas de reposi es e anula es

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Outras provis�es		
Provis�es do exerc�cio	4.494.522	-
Reposi�es e anula�es de provis�es	-	-
	4.494.522	-

Nota 20 - Imparidade de investimentos em filiais

Esta rúbrica tem a seguinte composi o:

	2008	2007
Imparidade de investimentos em filiais		
Dota�es		
AVS - Corretores de Seguros, S.A.	2.366.858	-
Solu�o - Corretoress e Consultores de Seguros, S.A.	2.366.858	-
	4.733.716	-

Foram reconhecidas perdas por imparidade no montante de 4.733.716   referentes a perdas potenciais nos investimentos financeiros em filiais, por motivos de aliena o.

Nota 21 - Impostos

Esta rubrica tem a seguinte composição:

	2008	2007
Imposto corrente		
Do exercício	1.250	3.657
Correcção de exercícios anteriores	-	-
	1.250	3.657

Nota 22 - Saldos e transacções realizadas com entidades em relação de domínio, ou que sejam filiais da mesma empresa-mãe

	2008	2007
Outros devedores diversos		
Real Seguros, S.A.	185.304	
Outros credores diversos		
SLN, SGPS, S.A.	(19.402.996)	
Juros e rendimentos similares		
Juros de disponibilidades	-	4.900
Outros juros - Real Seguros, S.A.	4.990	-
Juros e encargos similares		
Juros de recursos	-	(69.642)
Gastos gerais administrativos		
Rendas e alugueres	-	(14.000)
Seguros	-	(185.304)
Outros serviços de terceiros - SLN, SGPS, S.A.	(513.536)	(181.750)
	(19.726.238)	(445.796)

Nota 23 - Garantias prestadas

O BPN, SGPS, S.A. assumiu compromissos de garante, não reflectidos no balanço, no montante de 2.500.000 de Euros, referentes a responsabilidades contraídas pelas suas participadas em operações de financiamento.

Nota 24 - Acontecimentos após a data do balanço

Em 21 de Abril de 2009, esta sociedade alienou as participações financeiras que detinha no capital social das sociedades AVS - Corretores de Seguros, S.A. e Solução - Corretores e Consultores de Seguros, S.A., e irá realizar um encaixe financeiro de 6.500 milhares de euros.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Luís Miguel Reis Almeida

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Fernando Manuel Lima de Valadas Fernandes
Presidente

João do Passo Vicente Ribeiro
Vogal

José Afonso de Mateo Garcia
Vogal

8. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras do **BPN SGPS, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2008, (que evidencia um total de 469.738 milhares de euros e um total de capital próprio de 445.133 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo de 10.263 milhares de euros), a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e as correspondentes Notas explicativas.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade da Administração da Empresa a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas introduzidas pelo Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal, as quais têm por base as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”) em vigor, tal como adoptadas pela União Europeia, com a excepção referida no Aviso n.º 1/2005 do Banco de Portugal de Portugal (“NCA’s”), que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Sociedade, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. Excepto quanto às limitações descritas nos parágrafos 7 e 8, abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu:

y

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizados na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

RESERVAS

7. Em outros activos estão registados valores a receber no montante de 404 milhões de euros, correspondente ao valor da participação no Banco Português de Negócios, S.A. Face à nacionalização do Banco Português de Negócios, S.A. e suas participadas, aprovada pelo Decreto-Lei nº 62-A/2008 de 11 de Novembro, foi estabelecido que aos titulares das participações sociais na entidade nacionalizada é reconhecido o direito a uma indemnização, que será determinada em função de uma avaliação que ainda não foi concluída e que será efectuada, pelo menos, por duas entidades independentes. Adicionalmente, e em relação aos investimentos financeiros em filiais e associadas e empreendimentos conjuntos e em outros activos, estão registados cerca de 71 milhões de euros relativos, nomeadamente, a participações financeiras e empréstimos subordinados que, face às reservas mencionadas nas respectivas certificações legais das contas, à ausência de planos de negócios actualizados e às negociações em curso com as administrações das respectivas entidades nacionalizadas, não nos permite determinar o montante das perdas por imparidade que eventualmente seria necessário registar, para além das registadas no exercício corrente de 9 milhões de euros.

y

8. Tal como mencionado na Nota 1 das Notas Explicativas, as demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações da Sociedade, cuja validade, considerando os assuntos mencionados no parágrafo 7, acima, está dependente da sua clarificação com sucesso para a Sociedade, bem como da obtenção de negócios lucrativos no futuro. As demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustamentos que resultariam do facto da base de preparação das contas se poder considerar inapropriada.

OPINIÃO

9. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações descritas nos parágrafos 7 e 8, acima, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **BPN SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, o resultado das suas operações, as alterações nos capitais próprios e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas de Contabilidade Ajustadas emitidas pelo Banco de Portugal.

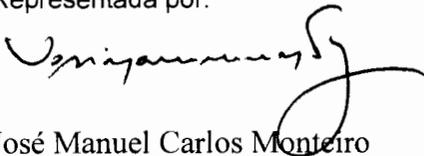
ÊNFASES

10. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, queremos chamar a atenção para as seguintes situações:
- (i) Tal como indicado nas demonstrações financeiras do exercício de 2008, os resultados líquidos do exercício são de cerca de 10 milhões de euros negativos. Esta situação resultou essencialmente de perdas por imparidades das participadas registadas no exercício, no montante de 9 milhões de euros e ao facto de no exercício em curso não terem sido registados quaisquer dividendos a receber das participadas (2007: 37 milhões de euros).

- (ii) As demonstrações financeiras do BPN SGPS, S.A. mencionadas acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram elaboradas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Estas demonstrações financeiras, nos termos da legislação em vigor, serão integradas nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa mãe – SLN SGPS, S.A., que serão preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro adoptadas pela União Europeia, para aprovação. Estão escrituradas nas demonstrações financeiras da sociedade dívidas a empresas do grupo no montante líquido aproximado de 19,2 milhões de euros (Nota 22).

Lisboa, 14 de Maio de 2009

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro

J

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Senhores Accionistas,

A fim de dar cumprimento aos estatutos e à legislação vigente, na qualidade de Fiscal Único, apresentamos o nosso Relatório e Parecer sobre as Contas e o Relatório de Gestão apresentados pelo Conselho de Administração do **BPN, SGPS, S.A.**, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

Analisámos o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, compreendendo o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas.

Na qualidade de Revisores Oficiais de Contas, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas.

Nesta conformidade, entendemos que os documentos acima referidos permitem, quando lidos em conjunto, uma boa compreensão da situação financeira do **BPN, SGPS, S.A.**, em 31 de Dezembro de 2008, satisfazendo as disposições legais e estatutárias. Como nos compete damos ainda o nosso acordo quanto aos critérios valorimétricos utilizados pela sociedade, que constam das Notas explicativas.

Nestes termos, atento o teor da Certificação Legal das Contas, o Fiscal Único é de Parecer:

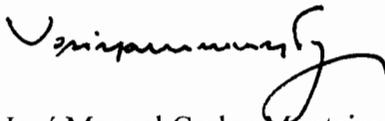
1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão do Conselho de Administração, o Balanço, a Demonstração de resultados por naturezas, a Demonstração de Alterações no Capital Próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e as correspondentes Notas explicativas, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 14 de Maio de 2009

O FISCAL ÚNICO

J. MONTEIRO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Representada por:



José Manuel Carlos Monteiro